

ARTIGO

Educação financeira e sua relação com o policial militar de Santa Catarina

Financial education and its relation to the military policeman in Santa Catarina

DOI: doi.org/10.5935/2178-4590.20220010

SD PMSC Liliane Vicentina Gomes

lilianevgomes36@gmail.com

1º Ten. PMSC Renato Lehmkuhl Thiesen



Data de submissão: 15/06/2022

Data de aceite: 04/07/2022



RESUMO

Os problemas relacionados ao analfabetismo financeiro causam externalidades negativas. O analfabetismo financeiro pode gerar desorganização financeira e endividamento. É nesse contexto que a pesquisa surgiu, com o objetivo de investigar se é possível que o policial militar de Santa Catarina tenha educação financeira. A pesquisa empírico-analítica, a natureza descritiva e a abordagem quantitativa foram utilizadas. Foi examinado o endividamento e a inadimplência das famílias brasileiras e foi analisado o número de policiais militares de Santa Catarina com consignado em folha. Além disso, algumas formas de introdução de programas de orientação financeira foram sugeridas à Corporação e foram realizadas 90 simulações de planejamento financeiro. Os principais resultados indicaram que o nível de endividamento e da inadimplência das famílias brasileiras é expressivo e o número de policiais militares de Santa Catarina com consignado em folha é significativo. Ressalta-se que o policial militar de Santa Catarina pode ter educação financeira e que com planejamento financeiro é possível acumular capital. Essa pesquisa traz, como contribuição, o incentivo à educação financeira ao policial militar de Santa Catarina, o que pode remeter aos possíveis benefícios relacionados à vida privada do policial e à qualidade dos serviços prestados à sociedade e conseqüentemente aos resultados desse profissional para a Corporação.

Palavras-chave: Educação financeira; Endividamento; Polícia Militar.

ABSTRACT

Problems related to financial illiteracy cause negative externalities. Financial illiteracy can lead to financial disorganization and indebtedness. It is in this context that the research emerged, with the objective of investigating whether it is possible for the military police in Santa Catarina to have financial education. Empirical-analytical research, descriptive nature and quantitative approach were used. The indebtedness and defaults of Brazilian families were examined and the number of military police officers in Santa Catarina was analyzed with a payroll slip. In addition, some ways of introducing financial guidance programs have been suggested to the Corporation and 90 financial planning simulations have been carried out. The main results indicated that the level of indebtedness and defaults of Brazilian families is significant and the number of military police officers from Santa Catarina with payroll is significant. It is noteworthy that the military police in Santa Catarina may have financial education and that with financial planning it is possible to accumulate capital. This research brings, as a contribution, the incentive to financial education to the military police of Santa Catarina, which can refer to the possible benefits related to the private life of the police and to the quality of the services provided to society and, consequently, to the results of this professional for the Corporation.

Keywords: Financial education; Indebtedness; Military Police.

INTRODUÇÃO

No Brasil, percebe-se que a oferta de crédito não veio acompanhada de orientação sobre o uso de recursos (GOMES et al., 2018). Muitos indivíduos apresentam deficiência em relação a esse tipo de conhecimento. Assim, com as elevadas taxas de juros praticadas no país há risco de endividamento e inadimplência para as famílias. Nesse contexto, verifica-se que algumas pessoas podem ter deficiência educacional financeira, consumo em excesso, desperdício de moeda e escassez de poupança (GOMES, 2019).

Os problemas relacionados ao analfabetismo financeiro geram externalidades negativas. A escassez de programas de orientação financeira pode gerar desorganização financeira e elevação do nível de endividamento dos policiais da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), o que pode refletir na qualidade dos serviços prestados à sociedade (THIESEN; VILLELA, 2017).

Diante disso, fica o seguinte problema de pesquisa: É possível que o policial militar de Santa Catarina tenha educação financeira? O principal objetivo

dessa pesquisa foi entender se é possível que o policial militar de Santa Catarina tenha educação financeira. Em termos de metodologia, a pesquisa empírico-analítica, a natureza descritiva e a abordagem quantitativa foram utilizadas (CRESWELL, 2010).

Na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC (2019), foram coletados e analisados o percentual de famílias (cerca de 18 mil consumidores) com dívidas e o tipo de dívida das famílias no Brasil no período de dezembro de 2015 até dezembro de 2019.

Para a análise, também foi selecionada a amostra de pesquisa que teve como base o percentual de policiais militares que apresentaram junto aos contracheques o desconto referente ao empréstimo consignado no mês de dezembro de 2019 e foi realizada uma comparação com o que foi publicado sobre o assunto para verificar se o nível de endividamento reduziu ou se manteve estável ou se aumentou em relação ao mês de fevereiro de 2017 (THIESEN; VILLELA, 2017; PMSC, 2020).

Ainda com relação aos procedimentos metodológicos, algumas formas de introdução de programas de orientação e educação financeira ao policial militar de Santa Catarina foram sugeridas à Corporação. É relevante destacar que no Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina (2020) foram analisados os valores brutos dos proventos dos policiais para ter parâmetros de valores para realizar as 90 simulações de planejamento financeiro.

A pesquisa caracteriza-se relevante e traz, como principal contribuição, o incentivo à educação financeira ao policial militar de Santa Catarina, o que pode remeter aos possíveis benefícios relacionados à vida privada do policial e à qualidade dos serviços prestados à sociedade e conseqüentemente aos resultados desse profissional para a Corporação.

O estado da arte com a realização desse artigo se sustentou, em parte, na escassez de estudos acadêmicos com o foco proposto para policiais militares, buscando elucidar o impacto das transformações no bem-estar na vida do policial. Após essa introdução, o artigo foi organizado da seguinte forma: a seção 2 apresentou o desenvolvimento, a seção 3 exibiu a metodologia, a seção 4 mostrou a análise dos dados e a seção 5 expôs as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E DESENVOLVIMENTO

2.1 PROBLEMAS RELACIONADOS À SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS POLICIAIS MILITARES DE SANTA CATARINA

A dificuldade dos policiais com o controle das finanças não é um problema exclusivo da PMSC ou das instituições militares. É um problema social que afeta diversas famílias brasileiras (THIESEN; VILLELA, 2017). O excesso de endividamento pode trazer alguns problemas, tais como:

absenteísmo; perda de produtividade; afastamento por transtornos mentais e do comportamento (depressão, alcoolismo, suicídio, uso de entorpecentes); desagregação familiar, além de transtornos e doenças psicossomáticas que oneram os cofres públicos com absenteísmo e perda de produtividade e os problemas sociais decorrentes do comprometimento da renda familiar com operações de crédito (SOARES; CAVALHERO; TREVISAN, 2017, p. 1).

Os servidores dispõem de acesso facilitado ao crédito consignado (forma legítima de empréstimo, com taxas médias mais baixas que as cobradas pelo mercado), o que permite o desconto de empréstimos diretamente em folha (SOARES; CAVALHERO; TREVISAN, 2017).

As políticas de expansão de crédito e a facilidade de contratação do crédito consignado geram, em diversas situações, um endividamento excessivo que “compromete parcela significativa da renda familiar dos servidores, com impacto negativo sobre a qualidade de vida e a estabilidade social, psicológica e laboral das pessoas” (SOARES; CAVALHERO; TREVISAN, 2017, p. 2).

Nesse sentido, na PMSC há dados da folha de pagamento dos profissionais que podem ser considerados preocupantes, visto que uma porcentagem significativa desses colaboradores apresenta parte da renda comprometida com os empréstimos vinculados à folha e com as pensões alimentícias (SOARES; CAVALHERO; TREVISAN, 2017; THIESEN; VILLELA, 2017).

Os dados apresentados na folha de pagamento demonstram que mais de um terço dos policiais militares de Santa Catarina possuem descontos relacionados aos empréstimos vinculados e isso pode ser um número alarmante, pois além de ser um número elevado, esse não contempla outras modalidades de endividamento que não são descontadas na folha de pagamento (THIESEN; VILLELA, 2017).

Dessa forma, o nível de endividamento dos policiais pode trazer problemas para esses profissionais e para a Corporação, pois isso pode levar o colaborador a buscar um complemento de renda. Exemplo disso seria a participação ou exercício de função ou emprego remunerado do policial militar em firma comercial ou empresa industrial, que é conhecido como “bico” e é considerado transgressão disciplinar (PMSC, 1980; SILVA; VIEIRA, 2008; THIESEN; VILLELA, 2017).

Além disso, a realização de serviços desvinculados da PMSC pode comprometer os momentos de repouso, de lazer e de convívio familiar do policial, o que pode impactar o desempenho desse profissional na Corporação, dado que ao invés de usar a folga para o descanso, o policial realiza outra atividade laborativa que poderia ser evitada se esse colaborador tivesse educação financeira (SILVA; VIEIRA, 2008; THIESEN; VILLELA, 2017).

O excesso de consumo pode ocasionar descontrole financeiro. Os problemas financeiros podem causar preocupação e estresse para os policiais, isso pode atrapalhar a atividade profissional com a possibilidade de cometer erros, com os acidentes de trabalho, com as doenças, com a dificuldade de concentração e com a redução de produtividade (SSP, 2010; PAWLOWYTSCH; BATISTA; BATISTA, 2013; SANTOS, 2013; THIESEN; VILLELA, 2017).

Em uma atividade de risco elevado onde a atenção a todo instante é primordial para a melhor execução do serviço, como a atividade policial militar, essa maior concentração se mostra primordial. Quanto menor a interferência de fatores externos, como, por exemplo, a preocupação com problemas financeiros, maior será a produtividade, e até mesmo a segurança do policial e da comunidade (THIESEN; VILLELA, 2017, p. 11).

Dessa maneira, a dificuldade financeira é um dos fenômenos que causa sofrimento aos policiais militares de Santa Catarina. São diversas as razões pelas quais esses profissionais buscam ajuda psicológica. A Diretoria de Saúde e Promoção Social apontou que, no período entre o ano de 2017 e de 2018, o problema financeiro, especificamente no que tange ao endividamento e o comprometimento salarial, estão entre os principais motivos dos atendimentos psicológicos realizados aos policiais militares de Santa Catarina (ALMEIDA, 2020).

É relevante destacar que na pesquisa de Soares, Cavalhero e Trevisan (2017), realizada com servidores públicos estaduais de Santa Catarina, os autores constataram que é quatro vezes maior a prevalência de servidores

doentes e afastados para tratamento de saúde entre os servidores que possuem empréstimo consignado do que entre os servidores que não possuem empréstimo consignado.

Além das despesas financeiras (mais de 40,5 milhões), o afastamento custa à população insegurança, pois diminui a presença ostensiva realizada nos patrulhamentos, sobrecarrega os demais militares e amplia as dificuldades de manejo de efetivo já reduzido no emprego das atividades de segurança da população (PEREIRA, 2017, p. 42-43).

Assim, o afastamento dos servidores para tratamento de saúde fornece custos para o Estado com “repercussões diretas na vida social, financeira e emocional das pessoas, na desagregação familiar, nas doenças incapacitantes do indivíduo, na diminuição da produtividade, nas contas públicas” (SOARES; CAVALHERO; TREVISAN, 2017, p. 14).

Nota-se que o afastamento dos servidores para tratamento de saúde pode impactar o bem-estar da sociedade e a economia do país. Visto que o Estado fará melhor uso do recurso público com a prevenção da situação (SOARES; CAVALHERO; TREVISAN, 2017). Percebe-se que com uma vida financeira equilibrada, o policial pode produzir melhor no trabalho, o que pode refletir diretamente na Corporação e na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

2.2.1 Crédito e endividamento

O crédito é uma fonte adicional de recurso que possibilita a antecipação do consumo para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços. Existem várias modalidades de crédito, tais como o crédito consignado, o crédito pessoal, o financiamento imobiliário, o financiamento de veículo, o crediário, o cheque especial, o cartão de crédito etc. Cabe ao usuário analisar as opções existentes e decidir a melhor opção, visando os menores juros e prazo (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

Ao discorrer sobre crédito é preciso falar sobre os juros que é o valor do “aluguel” do dinheiro no tempo. Na visão de quem paga, os juros correspondem ao pagamento do “aluguel” pelo uso de recursos de terceiros. Na visão de quem recebe, os juros correspondem ao recebimento do “aluguel” pela cessão temporária, de recursos financeiros próprios a terceiros (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

Ademais, os juros simples são aqueles pagos somente sobre o capital principal, ou seja, juros não capitalizados. Os juros compostos são aqueles que, após cada período de capitalização, são incorporados ao capital principal e passam, por sua vez, a também render juros. Trata-se dos chamados “juros sobre juros” ou “juros capitalizados” (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

É relevante destacar que as principais vantagens para o tomador de crédito estão relacionadas à antecipação de consumo e ao atendimento a emergências. As principais desvantagens são o pagamento de juros, o risco de endividamento excessivo e a limitação de consumo futuro (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

Nesse sentido, o Custo Efetivo Total (CET) é uma informação percentual que diz quanto efetivamente custa um empréstimo, ou financiamento (juros, tarifas, impostos e outros encargos). O CET permite a possibilidade de comparar o que duas ou mais instituições financeiras estão oferecendo e saber qual cobra menos pelo serviço. Toda vez que se consome algo e não se paga naquele exato momento, assume-se uma dívida (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

Por fim, segundo o BACEN (2013) e Thiesen (2020), para sair das dívidas, alguns passos que podem ser realizados são tomar consciência da situação; mapear as dívidas; trocar dívidas “caras” por dívidas “baratas”; compartilhar as dificuldades com pessoas que já passaram por situações semelhantes; não fazer novas dívidas; renegociar as dívidas; reduzir os gastos; gerar renda extra; e buscar ajuda.

2.2.2 Consumo consciente e relacionamento com o dinheiro

No Brasil, há um percentual de famílias endividadas ou que apresentam dificuldades para chegar ao final do mês com os rendimentos. Não faz parte do cotidiano da maioria dos indivíduos buscar informações sobre a gestão financeira (THIESEN, 2020). Além dos aspectos relacionados à desigualdade social, isso pode ocorrer devido ao desinteresse das pessoas pela educação financeira ou à falsa ideia de que sabem lidar com o dinheiro ou às crenças limitantes sobre o dinheiro que essas adquiriram em algum momento da vida.

Fatores psicológicos e culturais tais como: o comportamento arraigado, a contabilidade mental, a impulsividade, a falta de interesse em aprender, a avaliação superestimada que as pessoas fazem sobre seu conhecimento financeiro somados à eventual regulação insuficiente e a

um fraco sistema de proteção ao consumidor trazem limitações à educação financeira (ARAÚJO; SOUZA, 2012, p. 22).

Verifica-se a necessidade de que a sociedade busque o aprendizado constantemente, estabeleça sonhos e os transforme em projetos que serão realizados. Para que isso seja possível, é necessário que o ser humano saiba exatamente onde quer chegar, estabeleça metas claras e objetivas, internalize a visão de futuro trazida pela perspectiva de realização do projeto e estabeleça etapas intermediárias, ou seja, definir as ações cotidianas para atingir as metas e se comprometer com cada objetivo estabelecido (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

Outro ponto a destacar, é que o problema financeiro pode surgir quando os indivíduos tratam os desejos como se fossem necessidades. O ideal é que os recursos financeiros satisfaçam as necessidades e na medida do possível, atendam aos desejos. Para que as escolhas financeiras das pessoas sejam sadias, é relevante ter equilíbrio emocional (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

Nesse sentido, há algumas dificuldades para planejar o consumo decorrente da busca do prazer imediato; da pouca formação financeira; da memória inflacionária brasileira; e das estratégias de consumo que usam diversas técnicas de venda que fazem uso de um marketing sedutor (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

As técnicas de vendas e a tecnologia colocada à disposição dos profissionais de marketing, ao mesmo tempo em que impulsionam as vendas, também impulsionam compras não planejadas ou realizadas por impulso, podendo provocar desequilíbrios orçamentários e financeiros, ou até mesmo superendividamento. Convém, então, estar atento aos atrativos do marketing sedutor e ao compromisso com o cumprimento do planejamento financeiro pessoal ou familiar (BACEN, 2013, p. 30).

Dessa forma, o planejamento financeiro possibilita consumir mais e melhor. Consumir mais por meio da potencialização do dinheiro e melhor via eliminação de desperdícios. As principais vantagens de planejar o consumo são controlar o endividamento pessoal; preservar e aumentar o patrimônio; eliminar gastos desnecessários; utilizar os juros a seu favor; e maximizar os recursos disponíveis (BACEN, 2013; THIESEN, 2020). Sendo assim, além de adotar estratégias de pesquisas de preços e de negociações, é importante desenvolver um comportamento que seja voltado ao consumo consciente e sustentável.

2.2.3 Orçamento

A educação financeira é um conjunto de informações sobre como gerir os recursos (GIANNETTI, 2007). Para que a vida financeira seja equilibrada é importante fazer e manter um orçamento, pois esse serve como ferramenta de planejamento que contribui para a realização de sonhos e de projetos. O processo de elaboração do orçamento financeiro pode ser resumido em quatro etapas: planejar, registrar, agrupar e avaliar (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

Com relação ao processo de elaboração do orçamento financeiro, na primeira etapa, realiza-se o planejamento, que consiste em estimar as receitas e as despesas do período. Na segunda etapa, executa-se o registro, que é anotar frequentemente todas as receitas e as despesas (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

Ainda em relação à elaboração do orçamento, na terceira etapa, verifica-se o agrupamento, que contempla a união das anotações por tipos de despesas, como alimentação, habitação, transporte e lazer. Na quarta etapa, efetua-se a avaliação, que é o momento para refletir sobre se o orçamento foi superavitário, neutro ou deficitário, e se é possível reduzir os gastos desnecessários e aumentar as receitas (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

Ademais, na avaliação, considera-se que o orçamento é deficitário quando as despesas são superiores às receitas; o orçamento é neutro quando as despesas são iguais às receitas; e o orçamento é superavitário quando as receitas são superiores às despesas. O orçamento superavitário possibilita a realização de poupança (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

De acordo com a Comitê Nacional de Educação Financeira – CONEF (2013), as despesas podem ser classificadas como fixas (não costuma sofrer alterações), variáveis (podem sofrer mudanças de valores) e extraordinárias (eventualmente podem ocorrer). Analisar a evolução das despesas e receitas auxilia no planejamento, pois possibilita adequações de consumo para que sobrem recursos. Exemplo disso pode ser ilustrado no Quadro 1:

Quadro 1 – Exemplo de gestão do orçamento pessoal

	Tipo	Mês – Prevista	Mês – Real
Receitas	Salário 13º Salário PLR/Bônus/Comissão Outros Total		
Despesas fixas	Habitação/Moradia Educação Transporte Saúde Outros		
Despesas Variáveis	Habitação/Moradia Alimentação Vestuário Cuidados pessoais Lazer Outros		
Despesas Eventuais	Educação Saúde Manutenção/Prevenção Outros		
Investimentos	Poupança Renda Fixa Fundos Ações Previdência Outros		
Saldo	Total das Receitas Total das Despesas Investimentos		

Fonte: Elaboração própria (2020).

O Quadro 1 apresenta um exemplo de gestão do orçamento pessoal que pode ser realizado em uma planilha Excel ou aplicativo ou caderno. Esse tipo de modelo pode contribuir com o controle de despesas e receitas mensais e o indivíduo pode realizar o planejamento levando em conta as receitas previstas e efetivamente recebidas; as despesas previstas e os valores efetivamente gastos; e a diferença entre o total de receitas e das despesas para a realização dos investimentos previstos e efetivamente realizados.

Dessa forma, ter um equilíbrio no orçamento é algo relevante. A participação e o comprometimento de cada membro da família são imprescindíveis para o sucesso do projeto de gestão financeira familiar responsável (BACEN, 2013; THIESEN, 2020). Sendo assim, fica nítido que o segredo de chegar até o último dia do mês com dinheiro suficiente é gastar menos do que recebe.

2.2.4 Prevenção e proteção

A imprevisibilidade da vida pode nos trazer eventos bons ou ruins. O risco pode ser definido como um evento incerto ou de data incerta, que independe da vontade. O risco pode ser tanto pessoal quanto patrimonial. As pessoas podem lidar com ele não fazendo nada, formando uma poupança para eventualidades ou fazendo um seguro. Obviamente, cada escolha leva a uma consequência distinta (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

Algumas medidas de redução de riscos podem ser realizadas, tais como agir preventivamente, o que consiste em tomar atitudes que coíbam, dificultem ou minimizem as chances de que um evento indesejado ocorra; fazer uma reserva de emergência; fazer um plano de saúde; e fazer um planejamento da aposentadoria etc. (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

No que tange ao planejamento da aposentadoria, é importante levar em conta a incerteza do futuro e o aumento da expectativa de vida; o aumento do custo de vida; e a concretização de sonhos. Existem diversas maneiras de formar um fundo financeiro que vise a aposentadoria (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

Nesse sentido, há os planos de previdência privada que são investimentos de longo prazo. Existem algumas opções com modalidades e características diferentes, contudo, de forma geral é necessário analisar cada plano, pois alguns podem ser desvantajosos devido aos custos altos, em razão das taxas cobradas pelas instituições (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

Outra forma de construir a aposentadoria é usar uma estratégia independente de planejamento. As principais vantagens dessa opção são a possibilidade de maior retorno financeiro devido à eliminação de intermediários; a liberdade na administração do dinheiro; e a possibilidade de aprendizagem - o investidor deve ler, fazer cursos e se envolver com seus investimentos (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

No entanto, as principais desvantagens de utilizar uma estratégia independente de planejamento da aposentadoria é o risco de usar os recursos para outras finalidades; a inabilidade na gestão dos recursos que pode acarretar perda de dinheiro (sem o conhecimento financeiro, as escolhas podem ser inadequadas); e o tempo de estudo gasto com assuntos financeiros (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

É interessante ter consciência da exposição aos riscos com a prevenção e com o planejamento. Todas as pessoas deveriam se preocupar com a aposentadoria, independentemente da idade. Entretanto, cada pessoa deve fazer as escolhas e analisar as consequências, afinal de contas, somente cada indivíduo pode saber o que é melhor para sua própria vida.

2.2.5 Poupança e investimentos

A poupança é a diferença entre as receitas e as despesas, ou seja, entre tudo que se ganha e tudo que se gasta, é uma parcela da renda guardada, renúncia ao consumo imediato ou acúmulo de capital para investimento. Ao poupar, acumula-se valores financeiros no presente para serem utilizados no futuro (GIANNETTI, 2007; BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

Assim, são vários os motivos para poupar: precaver-se diante de situações inesperadas; fazer uma reserva de emergência; realizar sonhos ou objetivos futuros; ter mais liberdade; preparar para se aposentar etc. O investimento é a aplicação dos recursos poupados, com a expectativa de obter uma remuneração por essa aplicação. (GIANNETTI, 2007; BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

Há algumas características dos investimentos, tais como a liquidez, o risco e a rentabilidade. A liquidez refere-se à capacidade do investimento ser transformado em dinheiro, a qualquer momento e por um preço justo. O risco é a probabilidade de ocorrência de perdas. A rentabilidade é o retorno do investimento (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

A análise de perfil do investidor é fundamental para que seus investimentos sejam realizados de forma consciente e sejam compatíveis com seus objetivos. O perfil de risco do investidor pode ser conservador, moderado e arrojado. O conservador privilegia a segurança e faz o possível para diminuir o risco de perdas, aceitando, assim, uma rentabilidade menor. O perfil de risco moderado procura um equilíbrio entre segurança e rentabilidade e está disposto a correr certo risco. Enquanto o arrojado privilegia a rentabilidade e é capaz de correr riscos para que seu investimento renda o máximo possível (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

O ideal é definir objetivos para os investimentos. O horizonte de aplicação é um fator decisivo na definição do investimento, pois o tempo em que o recurso ficará aplicado poderá influenciar na rentabilidade e até na tributação. Os

investimentos podem ser de renda fixa ou de renda variável (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

Na renda fixa, os investimentos pagam, em períodos definidos, a remuneração correspondente a determinada taxa de juros. Essa taxa pode ser estipulada no momento da aplicação (prefixada) ou calculada no momento do resgate (pós-fixada), com base na variação de um indexador previamente definido acrescido ou não de uma taxa de juros (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

A renda variável contempla os investimentos cuja remuneração não pode ser dimensionada no momento da aplicação. Envolvem riscos maiores, pois, além do risco de crédito, existe também o risco associado à rentabilidade incerta. Há ainda a possibilidade de investir em imóveis para receber renda de aluguéis. Em geral, o imóvel é considerado um investimento seguro. No entanto, assim como os demais tipos de investimentos, oferece custos e riscos (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

Os investimentos possuem características que os diferenciam uns dos outros, como taxas de administração, rentabilidade esperada, formas de tributação etc. Conhecer e fazer uma avaliação sobre essas características são fatores relevantes para tomada de decisão. Ao escolher entre uma instituição ou outra para administrar os investimentos, é importante ter atenção à taxa de administração cobrada e à solidez da instituição. Ademais, para ter certeza de que os objetivos serão atingidos, é interessante acompanhar as aplicações (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

Outrossim, os investimentos se destinam a financiar os planos para o futuro e, conseqüentemente, pode ser necessário alterar os investimentos na medida em que os planos ou o contexto (político, econômico etc.) sejam modificados e até mesmo diversificar as aplicações na tentativa de minimizar riscos e maximizar a rentabilidade (BACEN, 2013; THIESEN, 2020). Dessa forma, manter uma reserva financeira é fundamental para realizar sonhos, precaver-se de eventos inesperados, além de proporcionar maior tranquilidade hoje e ao se aposentar.

2.2.6 Principais tipos de investimentos

Os investimentos podem ser divididos em renda fixa e renda variável. O investimento de renda fixa pode ser definido como qualquer tipo de

investimento que possui regras de remuneração definidas. O investimento de renda variável pode ser definido como investimento cujo retorno não pode ser mensurado no momento da aplicação, pode se mover positivamente ou negativamente (THIESEN, 2020).

Os principais investimentos de renda fixa são os títulos públicos, o Certificado de Depósito Bancário (CDB), as Letras de Crédito Imobiliário (LCI), as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e as debêntures. No Tesouro Direto há a negociação de títulos públicos, basicamente é um empréstimo de dinheiro para o Estado. Nesse sentido, o Tesouro Selic é o título que acompanha a variação da Taxa Selic, pode ser considerado o título mais conservador do Tesouro Direto (THIESEN, 2020).

O Título Prefixado tem a rentabilidade definida no momento da aplicação e sofre variações conforme a marcação a mercado se precisar vender antes do vencimento. O Tesouro IPCA tem sua rentabilidade real definida no momento da aplicação, pois rende a inflação mais uma taxa predefinida (THIESEN, 2020).

Além disso, o CDB é um tipo de empréstimo aos bancos, com a promessa de uma remuneração definida na hora da compra do título. A LCI ou LCA são títulos de crédito emitidos por instituições financeiras públicas ou privadas, com o objetivo de obter recursos para financiar o setor imobiliário ou agrícola (THIESEN, 2020).

A debênture é um valor mobiliário emitido por sociedades por ações, representativo de dívida, que assegura a seus detentores o direito de crédito contra a companhia emissora. Consiste em um instrumento de captação de recursos que as empresas utilizam para financiar seus projetos (THIESEN, 2020).

É relevante destacar que os principais investimentos de renda variável são as ações, o exchange traded funds (ETF) e os fundos de investimentos imobiliários (FIIs). As ações representam uma fração do capital social de uma empresa. Ao comprar uma ação o investidor se torna sócio da empresa. Passa a correr os riscos, bem como participa dos lucros e dos prejuízos do negócio (THIESEN, 2020).

Há duas formas de avaliar uma empresa. A análise técnica de ações é a prática de medir as flutuações futuras do preço da ação analisando suas atividades passadas. Este método envolve a procura de padrões gráficos e o

exame de outros dados históricos relacionados ao preço e ao volume de ações negociadas. A análise fundamentalista verifica a situação financeira, econômica e mercadológica da empresa, do setor e suas projeções futuras (THIESEN, 2020).

O ETF é um tipo de fundo de índices comercializados como ações. Esses fundos tendem a replicar índices, como o Ibovespa. É um fundo de investimento que pode ser comprado ou vendido como uma ação. Os FIIs são condomínios de investidores, administrados por instituições financeiras e fiscalizados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Tem por objetivo aplicar recursos em negócios com base imobiliária - empreendimentos imobiliários, imóveis prontos ou títulos financeiros imobiliários ou cotas de fundos imobiliários constituídos (THIESEN, 2020).

Por fim, existem diversas opções de investimentos no mercado. Quanto mais diversificada a carteira de investimentos, menor tende a ser o risco que está correndo. As perdas são prováveis principalmente na renda variável, por isso a pessoa precisa enxergar se tem perfil para tolerar os riscos. O ideal é estudar os investimentos antes de aplicar o dinheiro neles, pois adquiri-lo demanda empenho profissional e desperdiçá-lo em escolhas ruins pode ser contraproducente.

3 METODOLOGIA

O principal objetivo da pesquisa foi entender se é possível que o policial militar de Santa Catarina tenha educação financeira. Em termos de metodologia, a pesquisa empírico-analítica, a natureza descritiva e a abordagem quantitativa foram utilizadas (CRESWELL, 2010), pois usou como objeto de estudo os procedimentos de coleta, de tratamento e de análise de dados quantitativos (MARTINS, 2002; GODOI, 2018; PEREIRA, 2018; GOMES, 2019).

Outrossim, a natureza de pesquisa descritiva tem como principal objetivo o de descrever as características de determinada população. Sendo que uma das características mais expressivas nesse tipo de análise está relacionada à utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados (RAUPP; BEUREN, 2006; GIL, 2008; CRESWELL, 2010; GOMES, 2019).

Em relação à pesquisa quantitativa, essa geralmente usa instrumentos objetivos e neutros para descrever as causas e os efeitos com análises que

estabelecem uma imagem da realidade da população estudada (RAUPP; BEUREN, 2006; GIL, 2008; CRESWELL, 2010; GOMES, 2019).

Para atingir o objetivo proposto, a pesquisa bibliográfica e documental foi usada. A primeira utiliza as referências teóricas publicadas para avaliar as contribuições dos autores sobre um determinado assunto (CERVO; BERVIAN, 1983; GIL, 2008; GOMES, 2019). Enquanto a pesquisa documental ampara-se em materiais sem tratamento analítico ou que podem ser reportados conforme a proposta de pesquisa (RAUPP; BEUREN, 2006; GIL, 2008; GOMES, 2019).

A amostra teve como base o percentual de famílias com dívidas no Brasil no período de dezembro de 2015 até dezembro de 2019 e o percentual de policiais que apresentam junto aos contracheques o desconto referente ao empréstimo consignado. Sendo que no mês de dezembro de 2019, a PMSC (2020) exibiu no quadro de efetivo um total de 19.434 policiais, sendo 9.776 ativos e 9.658 inativos.

Os dados utilizados na pesquisa foram primários da base de dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC (2019), da PMSC (2020) e do Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina (2020). NA CNC (2019) foram coletados e analisados o percentual de famílias (cerca de 18 mil consumidores) com dívidas e o tipo de dívida de famílias no Brasil no período de dezembro de 2015 até dezembro de 2019.

Ainda com relação aos dados, na PMSC (2020) foram coletados o número de policiais com consignado em folha, o número de policiais com consignado em folha por posto e graduação e o valor total de empréstimos consignados em folha em comparação aos proventos brutos médios pagos à Corporação.

No que tange aos procedimentos metodológicos, foram calculados os percentuais dos dados da PMSC (2020) e realizada uma comparação com o que foi publicado sobre o assunto para verificar se o nível de endividamento reduziu ou se manteve estável ou se aumentou em relação ao mês de fevereiro de 2017 (THIESEN; VILLELA, 2017). Assim, o recorte temporal da pesquisa abrangeu o mês de dezembro de 2019, perfazendo assim 11.379 observações de policiais ativos e inativos que possuem, pelo menos, um empréstimo consignado em folha.

Ainda com relação aos procedimentos metodológicos, algumas formas de introdução de programas de orientação e educação financeira ao policial militar

de Santa Catarina foram sugeridas à Corporação. É relevante destacar que no Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina (2020) foram analisados os valores brutos dos proventos dos policiais para ter parâmetros de valores para realizar as 90 simulações de planejamento financeiro.

As 90 simulações de planejamento financeiro foram feitas com base na aplicação mensal de valores por determinados anos. O cálculo de rendimento foi realizado na Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil – BACEN e levou em consideração a Metodologia da Aplicação com Depósitos Regulares:

$$S_n = (1 + j) \frac{(1+j)^n - 1}{j} p \quad (1)$$

Em que: n = Número de meses; j = Taxa mensal de juros; p = Valor do Depósito Regular; S_n = Valor obtido ao final.

4 RESULTADOS

4.1 O GAP DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional) é apurada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Os dados são coletados em todas as capitais dos Estados e no Distrito Federal, com cerca de 18 mil consumidores. A Tabela 1 apresenta o percentual de famílias com dívidas no Brasil no período de dezembro de 2015 até dezembro de 2019.

Tabela 1 – Percentual de famílias com dívidas do Brasil (Peic Nacional)

Famílias	Dez/15	Dez/16	Dez/17	Dez/18	Dez/19
Endividadas	61,1%	59,0%	62,2%	59,8%	65,6%
Com dívidas ou contas em atraso	23,2%	24,0%	25,7%	22,8%	24,5%
Não terão condições de pagar as dívidas em atraso	8,7%	9,1%	9,7%	9,2%	10,0%

Fonte: Elaborado com base nos dados obtidos na CNC (2019).

A Tabela 1 exhibe o percentual de famílias endividadas (percentual mais significativo), o percentual de famílias com dívida ou conta em atraso e o percentual de famílias que não terão condições de pagar as dívidas em atraso no Brasil no período de dezembro de 2015 até dezembro de 2019. Percebe-se na Tabela 1 que os percentuais apresentam algumas oscilações, no entanto, não há tendência de queda ou de elevação desses percentuais. De modo geral, esses percentuais se encontram nos mesmos patamares nesse período analisado.

A Tabela 2 expõe o tipo de dívida de famílias no Brasil no período de dezembro de 2015 até dezembro de 2019. O tipo de dívida que mais compromete a renda familiar é a do cartão de crédito, tendo por sequência os carnês, o financiamento de carro, o crédito pessoal, o financiamento de casa, o cheque especial, o crédito consignado, outras dívidas, o cheque pré-datado e um percentual de famílias que não sabe ou não respondeu.

Tabela 2 – Tipo de dívida

Tipo de dívida (% do total de famílias)	Dez/15	Dez/16	Dez/17	Dez/18	Dez/19
Cartão de crédito	78,3%	77,1%	76,7%	78,1%	79,8%
Carnês	16,7%	14,4%	17,5%	14,7%	15,6%
Financiamento de carro	12,9%	10,4%	10,9%	10,2%	9,9%
Crédito pessoal	9,9%	9,8%	10,6%	8,5%	7,8%
Financiamento de casa	8,2%	7,2%	8,7%	8,3%	8,9%
Cheque especial	6,6%	7,0%	5,8%	5,8%	6,7%
Crédito consignado	5,3%	5,7%	5,4%	6,0%	5,5%
Outras dívidas	2,4%	2,1%	2,9%	2,4%	2,3%
Cheque pré-datado	1,7%	1,7%	1,4%	1,3%	1,0%
Não sabe	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Não respondeu	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%

Fonte: Elaborado com base nos dados obtidos na CNC (2019).

Percebe-se na Tabela 2 que os percentuais apresentam algumas oscilações, no entanto, não há tendência de queda ou de elevação desses percentuais. De modo geral, esses percentuais se encontram nos mesmos patamares nesse período analisado. Os resultados provavelmente demonstram que há um nível de dificuldade para que as famílias cheguem ao final do mês com rendimento monetário necessário, possivelmente os salários que elas recebem tornam-se insuficientes por causa do consumo descontrolado e por isso as formas de crédito tornam-se uma alternativa de ampliar essas receitas.

O fator preocupante é fazer dívidas e ao longo do tempo perder a capacidade financeira de pagamento, o que compromete o consumo e a possibilidade de poupança. Dessa forma, a educação financeira pode ser entendida como uma ferramenta fundamental para auxiliar no orçamento das famílias para que elas administrem seus recursos da melhor maneira na tentativa de aumentar a facilidade em chegar ao final no mês com os rendimentos necessários.

4.2 PANORAMA DOS POLICIAIS MILITARES DE SANTA CATARINA

Em relação aos dados do mês de dezembro de 2019, a Tabela 3 apresenta o número total de policiais com consignado em folha por posto e graduação com o cálculo dos percentuais.

Tabela 3 – Número total de policiais com consignado em folha – Dezembro/2019

Posto/Graduação	Número	Percentual
3° Sargento	3.729	32,77%
Cabo	2.786	24,48%
Soldado 1ª Classe	1.699	14,93%
Soldado 2ª Classe	1.010	8,88%
Subtenente	881	7,74%
2° Sargento	501	4,40%
1° Sargento	215	1,89%
Coronel	185	1,63%
Soldado 3ª Classe	99	0,87%
Tenente Coronel	89	0,78%
Major	69	0,61%
Capitão	51	0,45%
1° Tenente	39	0,34%
2° Tenente	24	0,21%
Aspirante a Oficial	2	0,02%
Total de Policiais Militares com Consignado em Folha	11.379	100,00%

Fonte: Elaborado com base nos dados obtidos na PMSC (2020).

A Tabela 3 exibe o total de policiais com consignado em folha no mês de dezembro de 2019. Percebe-se na Tabela 3 que o número e o percentual de policiais com consignado em folha é mais significativo para 3° Sargento, Cabo e Soldado 1ª Classe. Sendo para 3° Sargento, 3.729 profissionais, o que representa 32,77% do total de policiais com consignado em folha. Para Cabo, 2.786 profissionais, o que representa 24,48% do total de policiais com consignado em folha. Para Soldado 1ª Classe, 1.699 profissionais, o que representa 14,93% do total de policiais com consignado em folha.

No tocante aos dados do mês de dezembro de 2019, a Tabela 4 exibe a representatividade do número total de policiais com consignado em folha em relação ao número total de policiais militares com o cálculo dos respectivos percentuais.

Tabela 4 – Representatividade do total de policiais com consignado em folha

Totais – Dezembro/2019	Número	Percentual
Total de Policiais Militares (Ativa/Reserva)	19.434	100,00%
Total de Policiais Militares com Consignado em Folha	11.379	58,55%

Fonte: Elaborado com base nos dados obtidos na PMSC (2020).

A Tabela 4 expõe a representatividade do número total de policiais com consignado em folha. Percebe-se na Tabela 4 que o percentual de policiais com consignado em folha no mês de dezembro de 2019 é 58,55% em relação ao percentual total de policiais.

No que se refere aos dados do mês de dezembro de 2019, a Tabela 5 mostra o valor total de empréstimos consignados em folha em comparação aos proventos brutos médios pagos à Corporação com o cálculo dos respectivos percentuais.

Tabela 5 – Empréstimos consignados em folha e proventos brutos médios

Proventos x Consignados – Dezembro/2019	Valor	Percentual
Proventos Brutos Médios Pagos à Corporação	R\$ 161.300.687,90	100,00%
Total de Empréstimos Consignados em Folha	R\$ 18.874.637,53	11,70%

Fonte: Elaborado com base nos dados obtidos na PMSC (2020).

A Tabela 5 apresenta os empréstimos consignados em folha em comparação aos proventos brutos médios pagos à Corporação. De modo geral, percebe-se na Tabela 5 que dos proventos brutos médios pagos à Corporação, 11,70% corresponde ao percentual total de empréstimos consignados em folha dos policiais militares no mês de dezembro de 2019.

Assim, foi feita uma comparação com o que foi publicado por Thiesen e Villela (2017) sobre o nível de endividamento dos policiais militares. Em fevereiro de 2017, o total de policiais com consignado em folha era 7.887 profissionais e em dezembro de 2019 passou a ser 11.379 profissionais, o que representa um crescimento 44,28% do total de policiais com consignado em folha.

Diante dos dados levantados, verifica-se a necessidade de orientação financeira ao policial militar de Santa Catarina. Além do Programa de Preparação para a Reserva e Aposentadoria – PPRA (2019), a Corporação pode estimular o aprendizado da educação financeira aos policiais de diversas formas, uma delas pode ser a leitura desse artigo.

Além disso, a Corporação pode introduzir a disciplina de educação financeira em todos os cursos de formação (tal como foi realizado no Curso de Formação de Soldados em 2020) e na plataforma de Educação a Distância – ENA Virtual (2020). Ademais, o tema pode ser explorado em palestras ao efetivo e até mesmo incentivar o policial a buscar esse aprendizado em outras ferramentas existentes - tal como a plataforma Cidadania Financeira do BACEN.

4.3 SIMULAÇÕES DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO

No Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina (2020) são analisados os valores brutos dos proventos dos policiais para ter parâmetros de valores para realizar as 90 simulações de planejamento financeiro. As 90 simulações de planejamento financeiro são realizadas com base na aplicação mensal de valores por determinados anos. O cálculo de rendimento é realizado na Calculadora do Cidadão do BACEN e exibido na Tabela 6.

A Tabela 6 apresenta 90 simulações por 1, 5, 10, 20, 30 e 35 anos. As taxas de juros mensais simuladas foram 0,1159% (equivalente ao rendimento da poupança), 0,20%, 0,30%, 0,40% e 0,50%. Além disso, na Tabela 6 há três valores de depósitos regulares simulados que são R\$ 100,00, R\$ 500,00 e R\$ 1.000,00 e os valores obtidos ao final são exibidos para cada simulação.

Tabela 6 – Simulações de planejamento financeiro – Taxa (%) – Valor (R\$)

Anos	Taxa	Valor do depósito regular	Valor obtido ao final	Anos	Taxa	Valor do depósito regular	Valor obtido ao final	Anos	Taxa	Valor do depósito regular	Valor obtido ao final
1	0,1	100	1.209	1	0,1	500	6.045	1	0,1	1.000	12.091
5	0,1	100	6.217	5	0,1	500	31.085	5	0,1	1.000	62.170
10	0,1	100	12.881	10	0,1	500	64.407	10	0,1	1.000	128.815
20	0,1	100	27.684	20	0,1	500	138.419	20	0,1	1.000	276.839
30	0,1	100	44.694	30	0,1	500	223.468	30	0,1	1.000	446.937
35	0,1	100	54.127	35	0,1	500	270.637	35	0,1	1.000	541.274
1	0,2	100	1.216	1	0,2	500	6.079	1	0,2	1.000	12.157
5	0,2	100	6.381	5	0,2	500	31.904	5	0,2	1.000	63.808
10	0,2	100	13.574	10	0,2	500	67.872	10	0,2	1.000	135.743
20	0,2	100	30.827	20	0,2	500	154.133	20	0,2	1.000	308.265
30	0,2	100	52.753	30	0,2	500	263.766	30	0,2	1.000	527.531
35	0,2	100	65.853	35	0,2	500	329.263	35	0,2	1.000	658.527
1	0,3	100	1.224	1	0,3	500	6.118	1	0,3	1.000	12.237
5	0,3	100	6.583	5	0,3	500	32.914	5	0,3	1.000	65.829
10	0,3	100	14.462	10	0,3	500	72.309	10	0,3	1.000	144.618
20	0,3	100	35.179	20	0,3	500	175.896	20	0,3	1.000	351.792
30	0,3	100	64.858	30	0,3	500	324.290	30	0,3	1.000	648.581
35	0,3	100	84.211	35	0,3	500	421.056	35	0,3	1.000	842.111
1	0,4	100	1.232	1	0,4	500	6.158	1	0,4	1.000	12.317
5	0,4	100	6.793	5	0,4	500	33.965	5	0,4	1.000	67.931
10	0,4	100	15.425	10	0,4	500	77.123	10	0,4	1.000	154.246
20	0,4	100	40.328	20	0,4	500	201.641	20	0,4	1.000	403.282
30	0,4	100	80.536	30	0,4	500	402.678	30	0,4	1.000	805.356
35	0,4	100	109.125	35	0,4	500	545.625	35	0,4	1.000	1.091.249
1	0,5	100	1.240	1	0,5	500	6.199	1	0,5	1.000	12.397
5	0,5	100	7.012	5	0,5	500	35.059	5	0,5	1.000	70.119
10	0,5	100	16.470	10	0,5	500	82.349	10	0,5	1.000	164.699
20	0,5	100	46.435	20	0,5	500	232.176	20	0,5	1.000	464.351
30	0,5	100	100.954	30	0,5	500	504.769	30	0,5	1.000	1.009.538
35	0,5	100	143.183	35	0,5	500	715.917	35	0,5	1.000	1.431.834

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa (2020).

Na Tabela 6 seria favorável que a taxa de juros da aplicação fosse uma taxa de juros real (com o desconto da tributação e das taxas de administração). Além disso, é importante considerar o efeito da inflação (aumento dos preços de produtos e serviços), pois no futuro a inflação pode reduzir o poder de compra do valor simulado e obtido ao final. Nesse sentido, é que a poupança acaba sendo menos atrativa, dado que geralmente a inflação tende a ser maior que o rendimento da poupança. Dessa forma, um exemplo de rendimento da taxa de juros real ocorre no Tesouro IPCA, uma vez que rende a inflação mais uma taxa predefinida.

Assim, nas 90 simulações da Tabela 6 fica perceptível que o valor obtido ao final é mais atrativo quanto maior forem os anos, a taxa de juros e o valor aplicado. Exemplo disso está na simulação de 35 anos, valor do depósito regular de R\$ 1.000,00 e taxa de juros mensal de 0,50%. Nesse caso, o policial possivelmente acumularia o valor de R\$ 1.431.833,85, o que provavelmente possibilitaria um rendimento mensal equivalente a R\$ 7.159,17, o que poderia servir como uma fonte de aposentadoria para o policial. Por fim, nas 90 simulações fica evidente que o policial militar de Santa Catarina pode ter educação financeira e que com planejamento financeiro é possível acumular capital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo foi investigar se é possível que o policial militar de Santa Catarina tenha educação financeira. Nesse sentido, foi examinado o endividamento e a inadimplência das famílias brasileiras e foi analisado o número de policiais militares de Santa Catarina com consignado em folha. Além disso, algumas formas de introdução de programas de orientação financeira foram sugeridas à Corporação e foram realizadas 90 simulações de planejamento financeiro.

Dentre os resultados, destaca-se que o nível de endividamento e da inadimplência das famílias brasileiras é expressivo e o número de policiais militares de Santa Catarina com consignado em folha é significativo. Ademais, com as 90 simulações foi possível verificar que o policial militar de Santa Catarina pode ter educação financeira e que com planejamento financeiro é possível acumular capital.

O estado da arte com a realização desse artigo, sustenta-se, em parte, na escassez de estudos acadêmicos com o foco proposto para policiais militares. Esse trabalho traz, como contribuição, o incentivo à educação financeira ao policial militar de Santa Catarina, o que pode remeter aos possíveis benefícios relacionados à vida privada do policial e à qualidade dos serviços prestados à sociedade e conseqüentemente aos resultados desse profissional para a Corporação.

Dada a atualidade e relevância do tema, propõe-se a continuidade de pesquisas futuras para complementar ou ajustar os achados desse trabalho, recomenda-se realizar a confrontação dos dados desse artigo com outras pesquisas realizadas com policiais de outros estados, de outros países e de outras polícias (civis, penais e federais).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. T. de. **Caderno de Estudos Saúde Policial Militar**. Florianópolis, SC: PMSC, 2020.

ARAÚJO, F. de A. L.; SOUZA, M. A. P. de. **Educação financeira para um Brasil sustentável: evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão**. Brasília, DF: BACEN, 2012. (Trabalhos para discussão, n. 280). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD280.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira: Gestão de Finanças Pessoais (Conteúdo Básico)**, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do cidadão**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/exibirFormAplicacaoDepositosRegulares.do?method=exibirFormAplicacaoDepositosRegulares>. Acesso em: 5 nov. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cidadania financeira**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira>. Acesso em: 5 nov. 2020.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Educação financeira nas escolas: ensino médio**. Bloco 1. Brasília, DF: CONEF, 2013. Disponível em: <https://www.uaberta.unisul.br/repositorio/download/web/portal/2020/extensao-tb/educacao-financeira/livro-educacao-financeira-nas-escolas-bloco01.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor: série histórica Peic**, Brasília, DF: CNC, 2019. Disponível em: <http://cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-3>. Acesso em: 15 set. 2020.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ENA VIRTUAL. **ENA Virtual**, 2020. Disponível em: <http://enavirtual.sc.gov.br/>. Acesso em: 5 nov. 2020.

GIANNETTI, E. **O valor do amanhã**. 7. ed. São Paulo: Schwarcz, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOI, A. F. de. **Uma contribuição à análise da relevância da estrutura de capital para a rentabilidade dos maiores bancos brasileiros com papéis negociados na B3 - Brasil Bolsa Balcão**. 2018. Tese (Doutorado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21393>. Acesso em: 26 maio 2020.

GOMES, L. V. *et al.* Divulgações de informações e o efeito no retorno de ações da maior empresa de educação listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Santa Catarina, v. 15, n. 36, p. 97-118, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n36p97>. Acesso em: 26 maio 2020.

GOMES, L. V. **Gerenciamento de resultados e sua interferência no Índice de Basileia dos principais bancos de grande porte listados na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22586>. Acesso em: 26 maio 2020.

PAWLOWYTSCH, P. W. da M.; BATISTA, L. R.; BATISTA, F. C. N. Um estudo exploratório sobre o estresse nos policiais militares de uma cidade catarinense. **Saúde e Meio Ambiente: Revista Interdisciplinar**, Santa Catarina, v. 2, n. 1, p. 93-108, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/sma/article/view/433/360>. Acesso em: 26 maio 2020.

PEREIRA, G. K. **Associação entre variáveis ocupacionais e prevalência em agravos à saúde em policiais e bombeiros militares de Santa Catarina**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/185475/PPSI0764-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 set. 2020.

PEREIRA, J. E. A. **Uma contribuição ao mercado de capitais considerando a análise da intensidade da racionalidade no intraday – estudo de casos e eventos do Itaú Unibanco**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21791>. Acesso em: 26 maio 2020.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. **Decreto n. 12.112, de 16 de setembro de 1980**. Aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar de Santa Catarina (RDPMSC). Disponível em: http://biblioteca.cbm.sc.gov.br/biblioteca/images/stories/CBM/Legisla%C3%A7%C3%B5es/Regulamento_disciplinar.pdf. Acesso em: 26 maio 2020.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. **Preparação para reserva e aposentadoria: 15 servidores compõem a nova turma**, 2019. Disponível em: <https://www.pm.sc.gov.br/noticias/15-servidores-compoem-a-nova-turma>. Acesso em: 5 nov. 2020.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. **[Informações sobre consignados]**. WhatsApp: [GSE -018 - 6Pel4Cia -CFSD]. 24 mar. 2020. 15:17. 3 mensagens de WhatsApp.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO PODER EXECUTIVO DE SANTA CATARINA. **Remuneração e dados funcionais**, 2020. Disponível em: <http://www.transparencia.sc.gov.br/remuneracao-servidores>. Acesso em: 5 nov. 2020.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. *In*: BEUREN, I. M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006. p.76-97.

SANTOS, L. S. A importância da educação financeira nas empresas sob o aspecto da produtividade e da redução dos acidentes de trabalho. **Revista Científica Hermes**, São Paulo, n. 8, p. 140-149, 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/4776/477647815008.pdf>. Acesso em: 26 maio 2020.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA. **Mapeamento das fontes de estresse em profissionais da segurança pública do estado de Santa Catarina**. Florianópolis: DIFC/SSP – SENASP/MJ, 2010. 71 p. Disponível em: http://portal.ssp.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=43. Acesso em: 15 maio 2020.

SILVA, M. B. da; VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 161-170, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n4/16.pdf>. Acesso em: 26 maio 2020.

SOARES, J. R.; CAVALHERO, A.; TREVISAN, R. L. Pesquisa de diagnóstico: o endividamento de servidores públicos estaduais com empréstimos consignados e seus efeitos para o programa de cidadania financeira de Santa Catarina. *In*: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 10., 2017, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração, 2017. Painel 07/03. Disponível em: http://consad.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Painel-07_03.pdf. Acesso em: 24 maio 2020.

THIESEN, R. L.; VILLELA, A. S. da S. **A importância da educação financeira como potencializadora da qualidade de vida do policial militar catarinense**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Formação de Oficiais) - Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://biblioteca.pm.sc.gov.br/pergamum/vinculos/000010/0000101e.pdf>. Acesso em: 26 maio 2020.

THIESEN, R. L. **Caderno de Gestão Socioeconômica**. Florianópolis, SC: PMSC, 2020.